

Contas do governo já acumulam saldo de R\$ 30,9 bi

Superávit até julho é ligeiramente superior à meta fixada pelo governo para agosto

LU AIKO OTTA

BRASÍLIA – As contas do governo central fecharam julho com um superávit primário de R\$ 1,706 bilhão, elevando o saldo acumulado no ano para R\$ 30,905 bilhões. Segundo o secretário do Tesouro Nacional, Joaquim Levy, o valor é “ligeiramente superior” à meta de R\$ 30,5 bilhões, fixada pelo governo para o período de janeiro a agosto. As contas do Tesouro registraram superávit de R\$ 4,141 bilhões, mas esse saldo foi parcialmente consumido pelo déficit de R\$ 2,405 bilhões nas contas da Previdência Social e pelo resultado negativo de R\$ 364 milhões no Banco Central (BC).

O “rombo” nas contas da Previdência é o maior já registrado, em termos dessazonalizados. O déficit de dezembro de 2003 foi de R\$ 2,997 bilhões, mas naquele mês foi pago o 13.º dos aposentados. Não é, portanto, comparável com o dado de julho. Segundo Levy, o resultado é consequência do reajuste do salário mínimo e dos benefícios previdenciários: “É um tipo de mecanismo anticíclico. Injeta recursos na economia, num momento em que os salários estão com um passo moderado de recomposição.”

As receitas somaram R\$ 29,595 bilhões e as despesas foram de R\$ 23,846 bilhões em junho. No ano, as receitas somam R\$ 202,811 bilhões, ante R\$ 177,817 bilhões em janeiro a julho de 2002. Como proporção do PIB as receitas de 2003 estão menores do que as do ano passado. “A carga tributária está

MÍNIMO AMPLIOU O ROMBO DA PREVIDÊNCIA

Pelos dados divulgados ontem, os gastos com custeio e investimento do governo subiram de R\$ 5,609 bilhões em junho para R\$ 7,261 bilhões em julho. Isso mostra que os ministérios aceleraram a execução de projetos. O secretário explicou que os ministérios da área social do governo

menor”, disse Levy. De janeiro a julho, segundo o Tesouro, ela caiu 0,82 ponto percentual do PIB. Mas o resultado primário cresceu 0,56 ponto percentual do PIB no mesmo período.

gastam de 90% a 95% do dinheiro liberado pelo Tesouro. Nas demais áreas, esse gasto está na casa dos 70%. Isso ocorre porque obras, por exemplo, só são pagas quando são entregues. Por isso, há sobra no caixa dos ministérios, mas é dinheiro já comprometido. O secretário afirmou que não está em estudo nenhuma liberação adicional de recursos.

As transferências de recursos para Estados e municípios é menor neste ano. De janeiro a julho, foram pagos R\$ 32,121 bilhões, ante R\$ 36,097 bilhões em igual período de 2002. Não há, neste ano, as receitas extraordinárias que engordaram os cofres públicos em 2002, explicou Levy.

